



IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA IDENTIDADE DO PROFESSOR

Ademir Alves do Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba
hademyr@hotmail.com

Kátia Farias Antero
professorakatiaantero@hotmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as implicações das políticas públicas governamentais no espaço da sala de aula frente a posição profissional dos professores da educação básica II, voltando-se à formação e apresentação da identidade profissional dos mesmos, mediante as mudanças na organização social do currículo escolar. Sabemos que essas mudanças que ora vem ocorrendo na organização social, refletiram e refletem diretamente na formação da identidade do professor, quando não, na sua totalidade, dos profissionais da educação, enquanto educadores e formadores do senso crítico dos jovens e adolescentes. Entendemos que as reformas educacionais, ora regulamentadas pelas políticas de governo, perderam em parte, sua essência de política pública educacional, acarretando um aumento de trabalho e, principalmente de responsabilidade para o professor no espaço escolar. A mercantilização do processo educacional levou as ações das políticas públicas educacionais a investirem e/ou orientarem as políticas educacionais para uma educação de mercado, fato esse que aumentou a responsabilidade dos profissionais da educação e, parece ter esquecido da responsabilidade dos pais, bem como da oferta de melhores condições de trabalho e valorização para os profissionais da educação. Essas ações negativas, advindas dos interesses neoliberais e da mercantilização do ensino, são talvez, os principais fatores da crise identitária do professor, o que vem tornando-o desorientado frente às exigências contemporâneas no seu exercício do cotidiano escolar.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais, Políticas Públicas, Identidade Profissional.

INTRODUÇÃO

Partindo do princípio de que as reformas educacionais, no tocante a formação de professores, norteiam as orientações curriculares em todos os âmbitos da educação brasileira, no entanto, percebemos também, que essas reformam ora norteiam e/ou orientam a formação



dos currículos nacionais da educação, principalmente no contexto de democratização do ensino e, de uma sociedade que em pleno século XXI, era do desenvolvimento tecnológico e científico, vive em um País onde as políticas educacionais, ou melhor, as políticas que deveriam se as educacionais, restringem as opiniões dos professores, único e simplesmente ao espaço da sala de aula, quando muito ao espaço da escola em que trabalham.

Mediante as mudanças no sistema educacional brasileiro, precisamos entender o termo currículo não apenas como as matérias constantes de um curso, mas de acordo com os parâmetros curriculares nacionais, que assim o define “...expressão de metas do projeto educativo, que precisam ser flexíveis para promover discursões e reelaborações quando em sala de aula, pois é o professor que traduz os princípios elencados em prática didática”. (BRASIL, 1997, P.49).

Esse comportamento na representação das políticas públicas educacionais vem impactando diretamente na identidade dos profissionais da educação, principalmente dos professores, visto que estes, estão/são fadados apenas e simplesmente a cumprirem as ações que estas delegam, ações essas que muito fogem à realidade das características das políticas públicas educacionais, quando a representam no máximo chegam a representar propostas que não saem do papel e do seu local de trabalho, a escola.

A princípio, entendemos que o modo como vêm se apresentando as políticas públicas educacionais, gera crise na identidade dos profissionais da educação, especificamente os professores. E essa, pode ter ligação direta com as questões/ações pelas quais ora passamos/vivemos por estarem impostas nos documentos oficiais, sendo estas municipal, estadual ou até mesmo federal no papel, isto é, nos documentos oficiais.

Mas quando na escola, nós professores, somos fadados a cumprir delegações e/ou deliberações que, por sua vez, já vêm prontas e acabadas, digamos assim, fugindo totalmente às suas reais características de políticas públicas educacionais.

Um dos grandes problemas é que mesmo no espaço da escola, ao invés de trabalharmos



amparados nas fundamentações, ações e determinações das políticas públicas educacionais, estamos simplesmente “cumprindo ordens” (grifo do autor) se assim podemos entender, isto é, prevalecem as delegações das políticas de governo, deixando-se de lado as reais características das políticas públicas educacionais na formação/orientação do currículo da educação básica II e da formação do professor.

Este artigo tem como objetivo principal focalizar as implicações das políticas públicas educacionais e sua influência na representação do professor no que diz respeito a sua identidade profissional no espaço da sala de aula, especificamente, na sua representação de professor.

Por essa justificativa é que delegamos essa investigação tão importante quanto quaisquer assunto pertinente a educação, pois todo professor, estudante de licenciatura e interessados no assunto devem se interessar em ampliar seus conhecimentos sobre o que delegam as políticas públicas em relação a docência.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA REPRESENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAS

As políticas educacionais estão cada vez mais distantes de promover uma discussão que permita o nexos entre escola e sociedade. Discussão essa que venha a permitir aos profissionais da educação, especificamente aos professores, reconhecer e representar sua verdadeira identidade profissional, isto é, que venham a cumprir o papel de professor-formador de atitudes reflexivas ao invés de se limitarem ao espaço da sala de aula, quando não da escola. Segundo Pereira (2006), as políticas públicas têm contribuído para o processo de naturalização da exclusão.

A política educacional definida como policy– programa de ação – e, portanto, no contexto das relações sociais que plasma as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto.



A questão, pois, é ter o sábio equilíbrio: manter uma postura objetiva que dote o conhecimento produzido de um coeficiente científico, sem abdicar de um nível analítico que contemple as condições de possibilidade da adoção de estratégias que venham a permitir a implementação de uma política de transformação (...) (AZEVEDO, 2004, p. 9).

Talvez, um dos grandes responsáveis pela problemática da representação da identidade do professor no seu espaço da escola e/ou da sala de aula, tenha sido a democratização do sistema educacional, quando essas novas práticas tiraram da escola o objetivo de transmissão cultural apenas da elite.

Não que não vejamos ou entendamos o processo de democratização da escola como fator positivo e primordial ao desenvolvimento educacional, mas pelo fato de agora, a escola não mais ser um espaço de transmissão cultural, agora os professores precisam educar os estudantes para depois lhes ensinar, fato esse que não existia antes da democratização do ensino, uma vez que antes os filhos da elite já vinham para a escola “educados” e, esta, tinha simplesmente a incumbência de apenas os emergir no mundo intelectual e pensante.

As mudanças no campo das relações sociais artificializaram as relações humanas e, no campo das políticas públicas, estas não deixam de intervir diretamente no setor educacional onde os senhores governantes ou representantes legais dos órgãos públicos visam atingir apenas seus próprios interesses, isto é, seus interesses pessoais esquecendo assim, o bem fazer coletivo e/ou suas reais responsabilidades enquanto gestor público.

Nesse pensamento, é interessante focarmos a seguinte citação dos PCNS:
“Ao invés de um espaço de convivência social, em que pessoas cooperam, constroem sua identidade, preservam suas especificidades culturais, respeitando o pluralismo, as escolas isoladas por altos muros, grades e cadeados, foram muitas vezes vistas como corpos estranhos à comunidade.”(PCNs-2008)

Sendo as políticas públicas diretrizes e/ou princípios norteadores de ação do poder público para as relações entre poder o público e a sociedade, quando essas deveriam nortear



também, os planos de ação dos professores, visto que estes, ora só executam planos e projetos que lhes são enviados pelas políticas governamentais e estas deveriam ser políticas públicas.

Dessa forma, as ações que ora deveriam ser pensadas no coletivo, partindo da realidade da escola e do aluno, são elaboradas pelos representantes governamentais- gestores e sua comitiva, conhecidas como, membros do cargo de confiança, prática essa que vem mascarando as reais características dessas ações e, o professor fica em meio a formação de um sujeito massificado com características particulares, mas sem consciência coletiva e sem compreensão da realidade sócio-política e econômica na qual está inserido.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Ao falarmos em identidade cultural é preciso que entendamos que essa esta diretamente relacionada ao modo e/ou maneira do indivíduo comportar-se como ser social mediante as leis e aos seus representantes sociais.

Logo, podemos assim, perceber que ao longo dos tempos esta identidade vem sendo veiculada de forma estereotipada e através de vários conceitos pré-julgados que interferem na realidade do cotidiano da identidade do ser, deixado-os assim, exposto ao arquétipo de uma identidade indefinida como argumento Bauman (2005) e Hall (2002).

Ao se estabelecer algumas características que identifiquem a ausência do arquétipo identitário do ser humano, sendo estas responsáveis pela representação social do indivíduo, é preciso que tenhamos o cuidado de observamos até que ponto, essa ausência do arquétipo representativo da identidade indefinida está presente na vida deste sujeito.

Este, por sua vez, é identificado através de códigos, tais como as vestes (vestimentas, a linguagem e as características físicas, sendo estes códigos os elementos que servem para apontar-lhes como sujeitos “ordinários”, ou seja, sujeitos dominados pelo estado ou por (outros indivíduos) que a este se julgam superiores e, conscientes de sua posição sócio-



histórico-cultural perante a sociedade.

Seguindo esta mesma linha de pensamento podemos, assim, dizer que a construção da identidade se encontra em lutas simbólicas envolvidas na cultura. Pois, como afirma Silva apud Hall e Woodward (2012. p. 11), “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social, assim, as identidades são fabricadas continuamente pela marcação da diferença”,

Dessa forma, constantemente somos condicionados por aquilo que, somos e acreditamos ser. Isso quer dizer que os indivíduos constroem os seus arquétipos identitários a partir da interação social por meio da linguagem.

E, é através desse processo de arquétipos que as pessoas tomam ciência de quem são, passando assim, a construir suas identidades. É, portanto, essa prática que trata de uma atividade que está sempre se modificando, uma vez que a sociedade está em constantes mudanças, conseqüentemente, mudamos a nossa forma de pensar e, também de agir.

A respeito desse pensamento crítico Murray apud Moita Lopes (2003: p. 34), afirma que: “A construção da identidade social é vista como estando sempre em processo, pois é depende da realização discursiva em circunstâncias particulares: os significados que os participantes dão a si mesmo e aos outros engajados no discurso.” E dialogando que este pensamento Hall (2006) ressalta ainda que:

A identidade é realmente algo forjado, ao longo do tempo, através dos processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência, no momento do nascimento [...] Ela permanece sempre incompleta, esta sempre “em processo” sempre sendo formada. Assim, em vez de falar da identidade, como uma coisa acabada, deveríamos falar de identidade, e vê-la como um processo em andamento.

A identidade surge não da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduo, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso mundo exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos pelos outros. (HALL, 2006: p. 38-39)



A respeito deste pensamento crítico Hall e Woodward (2012) defendem que as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas.

Deste modo, entender que a nossa identidade nunca está totalmente formada e/ou definida, ela está e é representada pelo nosso comportamento, nossos gestos, nosso convívio social, em nossas vestes e, principalmente, em como usamos nossa linguagem em nossas realizações discursivas, assim, é possível entendermos que representamos mais nossa identidade através do enunciado de enunciação do que subjetivamente.

Para Hall e Woodward (2012), a identidade é marcada por meio de símbolos. Logo, podemos perceber que essa e/ou sua construção está sempre se moldando, visto que é possível que a entendamos como uma característica que expressamos mais exteriormente do que interiormente, muito embora, devesse ser o contrário, assim Hall e Woodward (2012) afirmam que “[...] a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. A luta para afirmar as diferentes identidades tem causado e consequências materiais”.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS INTERFERINDO NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL E IDENTITÁRIA DO PROFESSOR

Esse comportamento político no setor educacional, mas especificamente no que se refere as práticas e ações das políticas públicas, desnorream às ações do professor, pois é possível percebermos que, esse agora já não mais sabe seu real papel dentro e fora da sala de aula, uma vez que para ele, sua atuação não mais se restringe apenas ao espaço da sala de aula.

É sabido que, na maioria das vezes o professor agrega sobre si diferentes funções no espaço da sala de aula, tais como o papel de pai, mãe, psicólogo, conselheiro, educador, perdendo quase que total sua representação de professor, pois essa função é, quase que



totalmente sucumbida por essas outras atribuições que esse toma e/ou entender ter que realizar, para assim poder vir a exercer seu real papel de professor.

Essa prática por sua vez, leva-o a perder o foco do seu principal objetivo de estar ali e, conseqüentemente, leva-o a perder sua representação sócio-identitária de professor.

Nesse pensamento Woodward (2012) afirma que:

A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado de trabalho global pode levar ao distanciamento da identidade relativa á comunidade e á cultura local. Dessa forma, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar outras identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de posições de identidade. (P. 20)

Essa perda de representação social do professor só vem a agravar ainda mais os problemas educacionais dentro e fora da sala de aula, uma vez que estes são de natureza prática e não teórica, se o professor tivesse livre arbítrio para apontar mudanças necessárias a partir do espaço da sala de aula, certamente teríamos eficácia na realização das políticas públicas e não apenas sua representação teórica que chega a representar políticas de governo e, estas por sua vez, delegam ações já prontas a serem realizadas, chegando jamais a se revestir das reais necessidades da educação brasileira a serem desenvolvidas pelos profissionais da educação.

Segundo Orientações nos PCNs (1998):

... as portas das escolas brasileiras foram abertas para as camadas populares sem as devidas preparações das mudanças que ocorrem. Abandonadas à própria sorte, sem os investimentos necessários, tanto em recursos humanos como em materiais, muitas escolas ficaram atônitas, sem clareza de qual seria sua função.

Assim sendo, podemos entender perfeitamente que a democratização do ensino veio sem uma prévia preocupação com a estrutura física, o espaço social e, principalmente, uma preocupação com a formação do professor enquanto ser formador de opiniões e senso



crítico do educando.

Interessante observarmos que essa perda de identidade da escola, reflete diretamente na perda de identidade do professor enquanto sujeito do meio e, indivíduo dividido na realização de várias funções/tarefas dentro do espaço escolar, quanto não até mesmo dentro da sala de aula. Fato esse que o torna totalmente desnortado quanto a sua representação identitária.

Logo, entendemos que não só o professor está passando por uma crise de identidade frente as atribuições das políticas públicas educacionais quando estas estão totalmente subordinadas às ações das políticas governamentais.

É preciso que as ações das políticas de governo não mais interfiram nas ações das políticas públicas educacionais para que assim, possamos vir a ter ações eficazes e realmente voltadas à melhoria e a valorização das políticas educacionais em nossas escolas.

Nesse pensamento de mudança, é preciso que faça-se valer dentro do espaço social da escola o limite das ações a serem realizadas por cada um dos profissionais da educação, de modo que cada um desses, em especial o professor possa vir a exercer com presteza e eficácia sua real função no seu cotidiano e no seu trabalho.

É preciso que se tire esse fado de o professor ser o famoso ‘bombril’, isto é, este representar e/ou multi -funcional, chegando até mesmo a perder sua própria identidade, em meio a tantas funções que este tem que realizar dentro da escola.

METODOLOGIA

As políticas públicas educacionais muito têm implicado na representação social e profissional do professor, cujo papel atual, para muitos outros é entendido como educador e não professor. Na verdade, até somos educadores, mas não na sua totalidade.

Precisamos inferir diferenças entre o papel social exercido e/ou que deve ser exercido



pelas ações das políticas educacionais, sejam essas, de estado ou de governo. Essa inferência se faz necessária porque acreditamos que, estando essas exercendo seu real papel no setor educacional, o professor voltará a exercer seu papel de professor, deixando de exercer funções outras que não lhes são da sua função direta, enquanto professores.

Segundo Selenir e Margareth:

Ao longo das últimas décadas, pesquisas e debates sobre formação de professores têm seguido diversos tendências . na década de 1970, as discussões sobre a formação do professor pautava-se no paradigma da racionalidade técnica. Já na década de 1980, propunha-se que o professor fosse um transformador da sociedade. Nas últimas décadas, formar um professor, reflexivo, consciente, tem sido a tônica das discussões.

Podemos perceber na fala de Selenir e Margareth que há muito se vem trabalhando no que diz respeito a formação de professores, assim é possível entendermos que essa não é tarefa fácil, visto que ocorreram várias mudanças no tocante ao trabalho de formação de professores.

Quando as autoras Selenir e Margareth colocam que “ nas últimas décadas formar um professor... consciente da constituição de sua identidade...”, tem sido a tônica das discussões (2008, P. 6), essa afirmação muito vem fundamentar o que estamos nos propondo a discutir, no caso, As implicações das políticas públicas educacionais na identidade do professor.

Certo é que a maioria desses profissionais, têm sim a identidade pessoal e profissional formada e bem acentuada na sua mente e no seu cognitivo intelectual.

No entanto, as delegações advindas das políticas de governo, levam esses profissionais a se calarem e não representar, nem mesmo realizar sua real função que seria a de um professor crítico, reflexivo e transformador, formador de opiniões.

Só assim, estes estariam, de fato, orientando e direcionando os educandos na formação sólida de suas identidades sociais.

Importante é que o professor tenha claro as funções de sua representação social, bem



como sua identidade pessoal e profissional bem definidas, pois tendo essas dificuldades de representação identitária como professor formador de opiniões e possuidor de suas próprias opiniões é lastimável quando o mesmo é “orientado” por delegações das políticas públicas de governo a não exercer sua real identidade, estando essa camuflada por trás das delegações para a realização de vários papéis que esse profissional tem que cumprir no espaço social e na escola.

CONCLUSÃO

Entendemos que, a convivência sócio-cultural no meio ao qual estamos inseridos nos submete a condições além das quais estamos orientados a representá-la socialmente.

A representação social do sujeito no que se refere a sua representação sócio-cultural mediante sua representação identitária exerce um grande poder imagético desse, dentro do grupo social que a este representa.

É possível compreendermos perfeitamente que quando as políticas de governo interferem diretamente nas políticas de estado, estas interferem também na representação social (identidade) do professor.

Essa interferência é perfeitamente percebida, no momento em que, esse profissional está e/ou é “orientado” pelas políticas de governo a executar planos e projetos que estas lhes impõem, forçando-os a desenvolverem propostas que nada têm de interesse para o processo de ensino-aprendizagem do educando, nem também para o professor, mas simplesmente para que estes cumpram determinações impostas pelos governantes, - fazendo valer, assim a política de governo-.

Ressaltamos assim o nosso entendimento de que só quando as políticas públicas de estado atenderem ao real papel social, não mais sendo influenciadas pelas políticas públicas de governo, passaremos a ter (e a exercer, colocando-nos como professores), profissionais



mais centrados no ensino-aprendizagem, com menos problemas no tocante a representação da identidade desse, como professor.

Uma vez que não estarão, pensamos assim, fadados a primeiro educar os alunos para só depois passarem a ministrar conteúdos e, assim formar/provocar discussões acerca da formação de caráter e ética social, no caso da identidade desses.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da educação. **Lei de diretrizes e base da Educação Nacional**. lei n 9394/96. disponível em: <http://www.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. resolução cp/Cne 02/2002. Brasília. disponível em: <http://www.mec.gov.br>

Hall, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Silva, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/ Tomaz Tadeu da Silva(org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 12.ed.- Petrópolis, RJ: VOZES

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.